

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL: PERSPECTIVAS E LIMITES

História da Educação do Negro na Primeira República

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues¹ – UFMT – mullerlu@terra.com.br

Vou procurar, nesta Sessão Especial, apresentar os pontos que me parecem mais importantes para a pesquisa da história da educação do negro no Brasil, em especial nos primeiros anos do século XX.

Devo informar também que minhas pesquisas circunscreveram-se ao período da Primeira República, e é a partir das experiências de investigação naquele período é que expresse minhas opiniões. As fontes são escassas e complicadas de achar. Mais difícil ainda quando se procura recuperar essa história no século XX, quando ocorre um processo de invisibilidade social (?) do grupo negro. Isto porque no século XIX, e mesmo antes, pelo que pude perceber, apesar do regime escravista, ainda era socialmente permitido ao negro assumir espaços sociais de maior relevância, por esse motivo as fontes registram sua presença na circulação social. Entretanto as discussões travadas nesse mesmo período sobre nossa heterogeneidade racial assentaram as bases para a construção de um imaginário social extremamente negativo sobre a população negra. Quando a Revolução de 1930 criou as condições para que fosse difundida uma história oficial do Brasil, Gomes (1996), legitimou-se a “fábula das três raças fundadoras” e os ‘lugares’ ocupados por brancos, índios e negros nessa “fabula” ficaram indelevelmente marcados, especialmente a partir do Estado Novo. Estando os negros na base dessa hierarquia, dessa fábula, não havia desconforto moral em relegá-los aos últimos lugares também dessa história que se ia difundindo.

Interessa-me pesquisar e discutir as conseqüências dessa formulação de poder para a construção do “racismo à brasileira” e para a formatação de um tipo social específico de relações raciais no Brasil. Penso que interessa àqueles que militam ou pretendem militar na investigação da história da educação do negro, em especial no século XX, conhecer e analisar as estratégias de ascensão social, via educação e, em especial, via ocupação de cargos no magistério, de segmentos da população negra. Sendo assim, é importante mapear em extensão e profundidade, os personagens negros que ocuparam o magistério no período imperial, tendo como marco inicial a década de setenta do século XIX até o fim da Primeira República. Tem-se como hipótese de

¹ Professora da Universidade Federal de Mato Grosso; Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE)/UFMT.

pesquisa que os projetos de ascensão social desse grupo eram aceitos socialmente e, talvez, até encorajados no período imperial. Contudo, como minha pesquisa sobre as professoras negras no Rio de Janeiro demonstrou os esforços de ascensão social dessa parte da população carioca esbarrou em mecanismos que deliberadamente, ainda que não explicitamente, impediram o avanço e a consolidação desses esforços de ascensão social.

Como se chegou à negação quase completa do papel do negro na sociedade brasileira, se sabemos que desde antes da Abolição da escravatura havia os mais diversos tipos de movimentos sociais onde participava predominantemente a população negra? Recoloco a pergunta de outra forma: como se procede para fazer desaparecer, simbolicamente, um grupo ou um subgrupo profissional? Ou, mais explicitamente, quais são os processos que levam à construção de um imaginário social eivado de conceitos negativos contra todo um grupo racial? Especificamente que artifícios e processos foram utilizados na Primeira República, de justificativa moral, para o branqueamento das posições sociais e econômicas de elite – no caso que aqui será discutido a referência é ao branqueamento do magistério – e o desaparecimento das marcas da existência de professores negros? De igual maneira, de que forma assentaram-se as bases para a construção de um imaginário social extremamente negativo sobre a população negra? Tento responder a essas questões ou, pelo menos, colocá-las em discussão. Especificamente os estudos que tenho empreendido são sobre os processos e os mecanismos que propiciaram a retirada da investidora de mulheres negras, professoras primárias, como produtoras e difusoras de bens culturais. Penso que esse é o primeiro problema a enfrentar para aqueles que pretendem investigar a história da educação do negro no século XX: o imaginário que permeia nossa sociedade e que nos faz naturalizar a extrema desigualdade racial que existe no Brasil. Mais adiante retomo essa questão. Refaço a seguir meu trajeto de investigação sobre as professoras negras na Primeira República e apresento parte dos dados que disponho. Já publiquei dois artigos detalhando essas pesquisas (MULLER, 1999 e MULLER, 2003), penso que para encaminhar a discussão se faz necessária, apenas, uma síntese dos dados obtidos.

Comecei a investigar professoras negras na minha pesquisa de doutoramento, defendida em 1998. Nesse estudo descobri essas docentes em três Estados brasileiros:

Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso². Conclui que elas “desapareciam” no final da Primeira República. Seu “desaparecimento” coincidia com as reformas de ensino por que passaram vários Estados brasileiros e que deram uma nova feição, mais racional, mais “moderna” ao ensino público.

Posteriormente aprofundi a pesquisa das fontes, documentais e iconográficas – em especial do acervo do fotógrafo Augusto Malta. Durante todo o percurso da pesquisa um problema se manteve como conhecer a ‘cor’ das professoras se os documentos de identidade, no mais das vezes certidões de nascimento, em sua imensa maioria não registram suas ‘cor’ ou origem racial? Foi necessário investigar como essa denominação foi construída na sociedade brasileira na colônia até o Império. A ‘cor’ quando aparecia nos registros não tinha necessariamente referência à origem étnica ou maior ou menor intensidade da pigmentação de melanina na pele. Referia-se ao lugar social adquirido ou conquistado. Cativos eram denominados *pretos* ou *negros*. Homens e mulheres livres eram automaticamente identificados como *pardos* ou *escuros* ou *morenos*. Contudo, apesar da Lei do Registro Civil de 1889 determinar a inclusão da cor nos registros de nascimento, em mais da metade dos documentos de identidade das professoras da instrução pública do Distrito Federal não havia registro desse dado. Foi necessário então, “mapear” a cor das professoras através do levantamento dos sobrenomes de seus avós conforme apareciam em certidões de nascimento. (Ver MULLER, 2003).

Um estudo mais acurado das fotografias do acervo Augusto Malta mostra um número maior de docentes negras no Rio de Janeiro do que eu imaginava quando da pesquisa de doutoramento. Mostra também que as disposições físicas nas fotos – as poses das fotografadas – mudam com o decorrer dos anos. Se, nos anos iniciais do século XX, as poses eram afirmativas isto é, eram moças ou mulheres a se deixarem fotografar como pessoas, seres de corpo inteiro, muitas vezes mostrando alegria ao serem retratadas; a disposição física parecia mudar com o passar dos anos. Diminui o número de professoras negras fotografadas – às vezes em se tratando da mesma escola – e, certamente, modifica-se sua disposição. Já em meados ou no final da década de vinte (1923, 1926, 1929) a postura delas é muito mais reservada, quase como se tivessem vergonha de estarem no grupo. Já não apareciam em primeiro plano, sempre meio escondidas, atrás de uma ou outra colega. Ademais, se antes – nas fotos de 1906, 1910 –

² Pesquisei especificamente nesses três Estados, é possível que sejam encontradas situações semelhantes, nesse mesmo período, em outros Estados da Federação.

os cabelos das professoras eram naturalmente ondulados, a partir da década de vinte os cabelos das raras professoras negras que apareciam nas fotografias pareciam claramente alisados.

Durante esse percurso encontrei o Professor Hemetério José dos Santos, professor de português do Colégio Militar, do Colégio Pedro Segundo e da Escola Normal, filólogo erudito, um dos fundadores da Academia Brasileira de Filologia e que havia publicado livros didáticos da Língua Portuguesa já em 1884. Construí uma pequena biografia desse professor, que foi publicada na forma de verbete (MULLER, 2002).

Nos demais Estados, Minas Gerais e Mato Grosso, também há registros da existência de professoras negras. Uma depoente de Minas Gerais relatou-me ter conhecido professoras negras em 1901 quando a depoente –depois também professora primária- era criança. Apesar de viver numa região que ela, depoente, considerava racista, tinha lembranças que essas professoras eram tratadas com certa deferência pela população. Outra entrevistada, relatando sua experiência docente em Belo Horizonte, nos anos de 1930, recuperou caso explícito de racismo e discriminação contra uma docente, que fora nomeada para um dos melhores Grupos Escolares da cidade. Segundo seu depoimento essa moça teve que desistir da nomeação e transferir-se para um Grupo Escolar na periferia da cidade, onde lecionou durante toda sua carreira. A tese de doutoramento de Marcus Vinicius Fonseca, defendida recentemente, vai nos demonstrar que no século XIX havia um grande número de professores negros no estado de Minas Gerais.

Sintetizando o que apresentei até aqui, minha experiência me diz que as fontes documentais são precárias e complicadas para aferir a composição racial do magistério do início do século XX. Faz-se necessário utilizar, sempre que possível, outros tipos de fontes, como as iconográficas, as literárias ou os depoimentos orais, quando possível. Mas o obstáculo maior é nossa própria imersão, ainda que inconsciente em um imaginário social muito preso a uma construção histórica, reiteradamente difundida, que nega ao grupo negro a possibilidade de ter exercido minimamente algum tipo de protagonismo social, ainda mais num período tão próximo à Abolição do Cativo.

Entendo não ser casual que na Primeira República ocorresse um processo de negação do papel dos intelectuais e letrados negros brasileiros no campo de produção e

reprodução de bens simbólicos. Esse processo se inicia no século XIX, possivelmente após a Abolição da escravatura, com o forte apelo da teoria do branqueamento, e prossegue por todo o período. Não obstante, seus efeitos negativos se estendem até hoje. Procuro aqui trabalhar com duas perspectivas: 1) a produção das idéias e 2) sua conseqüente institucionalização. Como assinalou Geertz (1989), as idéias têm que ser institucionalizadas para terem uma existência material na sociedade “...devem ser apresentadas por grupos sociais poderosos para poderem ter efeitos sociais poderosos; alguém deve reverenciá-las, celebrá-las, impô-las.”

Entretanto, a produção de sentidos precede à institucionalização das idéias – que terminarão, ou não, por conformar ou por fazer parte do imaginário social. Pierre Bourdieu (1989) explicita bem como a produção de sentidos faz parte da luta política:

“O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está por excelência em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo.

A capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objectivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido à existência objetiva e coletiva, permanecia em estado de experiência individual ou serial, mal-estar, ansiedade, expectação, inquietação, representa um considerável poder social, o de constituir os grupos, constituindo o senso comum, o consenso explícito, de qualquer grupo. (BOURDIEU, op. cit. pág. 142)

Não necessariamente a imposição do sentido faz-se apenas através de lutas travadas no campo intelectual. Norbert Elias (2000) expõe, detalhadamente, um processo específico de construção de hegemonia cultural com o conseqüente estabelecimento de um imaginário social que penalizava constantemente e definitivamente o grupo minoritário que ele denominou *outsider*. Ele afirmava que se inscreviam num determinado tipo de relação de poder as relações entre estabelecidos, os que se consideravam maioria, e os *outsiders*, os que eram considerados por aqueles minoria, diferentes, inferiores, etc. Entretanto, neste artigo farei referência apenas aos debates travados no campo intelectual.

Volto ao início da Primeira República procurando recuperar os debates sobre a composição racial da população brasileira e o futuro do país. O pensamento intelectual

brasileiro, desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, tentava explicar as possibilidades do país e de sua população. Essas análises, mais ou menos pessimistas, circularam nos debates sobre o país desde 1870³ e contribuíram a delimitar as possibilidades de construção da nação brasileira porque pretendiam responder, com base em determinados enfoques teóricos, qual poderia ser o futuro do país, dada sua população racialmente heterogênea.

A primeira dessas vertentes, influenciada pelas teorias racistas européias e norte-americanas, pensava ser o povo brasileiro inferior, devido à sua composição racial e às condições climáticas do país: uma população “racialmente inferior” vivendo em um país de clima quente, naturalmente estaria fadada ao fracasso, pois o clima não propiciava a disposição para o trabalho, além de favorecer inúmeras doenças.

Uma derivação dessa vertente via as diferenças raciais e a questão climática de forma não absoluta, uma vez que considerava que o país estava em vias de atingir a pureza racial (leia-se o branqueamento de seu povo) através da miscigenação, que seria obtida através da migração de contingentes de trabalhadores europeus.

Essa segunda corrente terminou por conquistar o predomínio nos debates e, já no início do século XX, a teoria do branqueamento tinha ampla aceitação entre as elites brasileiras. De aí em diante foram sendo construídos arcabouços ideológicos e institucionais que difundiam e impunham, das mais diferentes maneiras, a “superioridade de brancos”, dogma por excelência das teorias racistas, e seu conseqüente “direito” a ocupar as melhores posições no espaço social. Essas teorias provocaram grandes debates entre as elites brasileiras, intelectuais, políticas e econômicas. Inclusive porque o Brasil tinha um grande número de populações miscigenadas. Finalmente, já no final do século XIX, chegou-se à proposta do “branqueamento” como solução para nossa heterogeneidade racial. Seus adeptos defendiam que havia que trazer um grande contingente de imigrantes brancos, europeus, para o Brasil. Esses imigrantes fatalmente contribuiriam para “branquear” a população brasileira. Os genes brancos, “por serem mais fortes, superiores”, tenderiam a predominar, tornando a população brasileira mais branca, fisicamente e culturalmente. Os negros morreriam, pois eram vítimas fáceis de tuberculoses e outras doenças⁴.

³ SKIDMORE. Thomas, **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**.

⁴ Ver Thomas Skidmore (1992, pág. 74-75)

A “produção de sentidos” – Quem são os brasileiros?

No Brasil a preocupação com a descrição anatômica dos “povos” inicialmente coube aos médicos nas suas várias especialidades. Foram eles, dentre os intelectuais brasileiros, os que mais elaboraram o campo do pensável ou mais fizeram para definir a “problemática legítima”, como aponta Bourdieu (1979). A relação entre patologias e grupos ‘raciais’ foi objeto dos primeiros trabalhos que se debruçaram em torno da crucial questão: quais são e como são as ‘raças’ que formam a nação? Segundo Cunha (2002: 255) a passagem da colônia para o Império “... e às preocupações com a formação da nação permitiu que os problemas ‘raciais’ fossem abordados através de um viés particular. Essa atenção dispensada pela medicina à conjunção entre patologia e clima não ofuscou toda a discussão que se travava no interior de instituições oficiais, relacionadas à política imigratória, à expansão de fronteiras, às políticas de povoamento, trabalho e ao fim da escravidão no país.”.

Ao abordar as discussões a respeito de definições distintas acerca da formação social brasileira, diferentes médicos se depararam com a necessidade de enfrentar um mesmo enigma: quem são os “brasileiros”? Raça foi o termo corrente para aludir-se à história, ao passado e à herança – tudo aquilo que deveria ser esquecido, corrigido e redimido em nome de um futuro eugênico para o país. A Eugenia seria a concretização redentora de um projeto contemporâneo e moderno que envolveria os médicos, os educadores e os juristas.

Os pressupostos eugenistas assentavam-se nos apontamentos da teoria da degenerescência. Essa era uma concepção em voga nas últimas décadas do século XIX e persistiu no meio médico brasileiro até os anos quarenta do século passado. Defendia que “os mestiços, por terem herdado os defeitos de negros e brancos, terminariam por desaparecer”. Além do mais, os psiquiatras brasileiros, principalmente os cariocas, acreditavam que os negros e mestiços eram mais sujeitos a disfunções mentais (TUNDES e COSTA: 1994). Uma adaptação indigesta das teorias da *degeneração* produzida por médicos europeus no século XIX e que se assentava sobre dois pressupostos básicos: o primeiro relativo à unicidade do ser humano, enquanto entidade simultaneamente física e moral. O segundo referia-se à crença na *hereditariedade mórbida*. Da articulação desses dois pressupostos, concluía-se que caracteres físicos e morais eram hereditariamente transmitidos. Segundo Carrara (1996, pág. 59), essa teoria

Transformou-se em núcleo articulador de uma teoria médico-antropológica que por mais de cem anos (até pelo menos a Segunda Grande Guerra) configurou as representações e, em larga medida, determinou as atitudes das sociedades ocidentais ante as diferenças sociais que emergiam dentro de seus próprios limites,(...) Marcou a reflexão científica que se fazia em torno de uma multiplicidade de *objetos* a que historicamente se ligou e cujos perfis sociais ajudou a delinear: o criminoso, o louco, o gênio, o homossexual, o judeu, o mulato, a prostituta, o libertino, o venéreo. Em alguns momentos, todos eles foram acusados de degenerados e de causadores da degeneração da espécie ou da raça, pagando por isso pesado tributo.” (grifos do autor)

Ora, na adaptação médica brasileira, negros, mulatos e índios não eram somente inferiores, inclusive sua miscigenação com o branco contribuía à degeneração da “raça neolatina”⁵. Como veremos mais adiante, a ênfase no combate aos vícios, que se verifica nos programas de ensino de moral e cívica nas primeiras décadas deste século, tem a influência desse pensamento médico. Esses vícios deveriam ser combatidos desde a infância. A escola evitaria a degeneração da raça. Segundo Vieira Souto (1916)

Melhorar a instrução, difundil-a entre o povo, facilitar-lhe o acesso aos palácios em que ela é ministrada, eis a preocupação do momento, preocupação digna dos altos espiritos que a esse assumpto se dedicam, preocupação nobre, porque tende a formação do caracter nacional não basta tomar o individuo adolescente para extirpar os males de que já vem contaminado; cumpre ir buscal-o mais cedo no lar ainda menino, no berço, acompanhando mesmo sua formação no ventre materno para que não tenha lugar a produccão de degenerados, quer physicos quer moraes, miserias, verdadeiras ameaças a sociedade.” (grifos meus)

A ênfase no papel da educação indica que no seio do pensamento eugenista consolida-se a posição que era possível “corrigir” as raças inferiores. A metáfora da nação como um corpo biológico, cujo processo de transformação poderia não só ser observado e descrito, mas, sobretudo, ajustado e adequado aos projetos civilizatórios, perpassava o discurso das elites políticas e intelectuais no país durante as primeiras décadas do século XX. Mas, em vez de limitar-se a metáforas,

A vinculação entre a nação e o corpo se fez presente em uma série de discursos de caráter prescritivo, orientados por um

⁵ CARRARA. Sérgio (op. cit.: 128), citando declaração de um médico paulista, Claudio de Souza Lima, em 1904.

poder de autoridade singular. Em comum partilharam a crença de que era possível corporificar as imagens disformes dos *indivíduos* , do *brasileiro* , do *trabalhador* , do *doente* ... em inúmeras representações construídas em torno da nação e seus padrões de nacionalidade. Através da análise de alguns ideais de reforma e propostas de regeneração nacional cogitados e implementados durante esse período, podemos imaginar alguns de seus usos mais pragmáticos.” (CUNHA: 2002, págs. 238/9)

A construção do imaginário – a “institucionalização das idéias”

É pouco claro como, no interior das instituições responsáveis por uma intervenção mais direta na população responsabilizada pelo “atraso” do país, são reconfiguradas idéias que orientam tanto os discursos oficiais quanto as práticas corretivas/curativas. Parece-me que se faz necessário municiar-se de suficientes dados empíricos para a reconstrução dessas formulações e práticas, no que se refere a nós pesquisadores da área: formulações e práticas escolares. Sendo assim neste trabalho pretendo, ainda de forma incipiente, apontar e correlacionar os lugares a partir dos quais puderam ser exercidos, e imaginar que implicações tiveram para a eleição de modelos de identidade utilizados na construção de representações sobre a mulher negra brasileira e, em especial, os lugares a ela demarcados.

Contudo, no que se refere à ocupação e desocupação de postos no interior da carreira do magistério, já sabemos que ocorreu um processo intencional, ainda que não explicitamente definido, de negação de espaço profissional a esse grupo racial. Qual terá sido a *formação estratégica* (SAID: 1990)? O estabelecimento de um campo comum de observação/atuação que envolveu um modo particular de apreensão sobre um mesmo objeto, no caso a população negra e em especial a mulher negra. Vou tentar responder a essa questão, frisando novamente que ainda é uma abordagem incipiente que necessita de apropriar-se de uma gama maior de dados empíricos.

A permanência e a consolidação dessas representações só foram possíveis porque foram inventadas, reiteradas e aludidas em experiências cotidianas. Mesmo que vagamente partilhadas, porém inteligíveis em todas as formas de interlocuções, representações negativas da população negra brasileira consolidaram-se nos espaços de construção da cultura letrada e, em especial, nas instituições de ensino. Os programas do

Ensino Primário do Distrito Federal, por exemplo, são exemplares como modelo dessa Formação Discursiva contrária à população negra e à mulher negra em especial⁶.

Do ponto de vista político pode-se abordar o papel central do Estado na sociedade brasileira nesse período, o que possibilitou a setores das elites afeitos às teorias racistas e à teoria do branqueamento ocupassem espaços no aparelho de Estado e a partir desse espaço colocaram em prática um projeto de país que necessariamente, devido à formação teórica desses setores, excluía negros e indígenas (é o caso da ocupação da instrução pública no Rio de Janeiro por intelectuais adeptos dessas teorias).

A Primeira República é momento de formação de um pensamento autoritário que tinha como características gerais o diagnóstico da situação do país e a proposição de algum modelo alternativo de organização político-institucional. Um grupo de intelectuais que chegaram a construir, com suas análises e proposições, um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade. Esse novo sistema ideológico, que começa a constituir-se nas últimas décadas do século XIX e que se realizou plenamente com a Revolução de 1930, é uma construção intelectual que sintetizou e deu direção prática a um clima de idéias e de aspirações políticas de grande relevância nas últimas décadas do século XIX até a primeira metade do século XX. Para esses pensadores tratava-se de imprimir forma, de produzir estrutura e diferenciação funcional numa sociedade que percebiam como amorfa, amebóide. E essa formatação social só poderia concretizar-se através da ação do Estado (LAMOUNIER: 1985).

A pregação eugenista

Afrânio Peixoto foi um dos médicos brasileiros que se colocou em condições de melhor *apresentar e representar* as raças brasileiras. Ele via nas práticas eugênicas a solução para a heterogeneidade étnica e racial da população brasileira.

(...) é um sonho. Impedir, se possível. Se não consertar. Como um plantador escolhe suas melhores sementes e um criador os melhores reprodutores, também o Estado se interessará pela sua formação, mais que sua indústria, sua vida. Não olhará a quantidade (...) consertar biologicamente com a cirurgia endócrina, os enxertos. Consertar, refazendo, melhorando, numa acertada bioplástica e não podarão mais ser anormais. Consertar

⁶ Ver Muller (1999)

sociologicamente, adaptar à comunidade, como diz Adler (...) pela psicologia, profunda ou superficial, pela pedagogia, pela educação, reeducação, fazendo e refazendo homens sociáveis, honestos, bons, homens *econômicos* e justos e, não poderão ser mais criminosos.

A misógina e a erotização do corpo negro

Em outra oportunidade Afrânio Peixoto investe contra os “mulatos” e as “mulatas”. Nessa ocasião seu interlocutor preferencial eram os setores da Igreja católica que defendiam a igualdade da espécie humana, embora o argumento fosse claramente racista.

Com raras exceções. As elites e o povo estão de acordo comigo. O chamado nacionalismo sustenta-se com o apoio dos *mulatos*. Estes, que são filhos de brancos e de negras, odeiam seus progenitores. O futuro do Brasil pertence à raça branca. Vivem principalmente pelos sentidos, os *mulatos*. As *mulatinhas* constituem uma espécie amorosa talvez sem par no mundo. *A atração que exercem, sendo encantadoras, exige certa cautela.* (grifos meus)

A citação abaixo fazia parte, segundo ele, de anotações de aula que ministrou em 1917 na Faculdade de Medicina. Nota-se – talvez - uma pregação em favor da experimentação científica com pessoas negras, que, possivelmente, não deve ter encontrado ressonância no meio médico.

Hoje em dia muitos dos brancos do Brasil, de pele e cabelo, por certo índices, não escapariam ao labéu colorido (...) um índice, por exemplo, nático, ou relativo às volumosas nádegas, denunciam o sangue negro ainda concentrado de muita branca ou morena bonita do Brasil. Aos antropologistas proporia um índice, por exemplo, índice-nático, isto é, o circuito maior das nádegas, o perímetro nático, multiplicado por 100, dividido pela altura: índice nático = $n \times 100$ os números seriam maiores, a medida da concentração de sangue negro. (PEIXOTO, 1937)

É interessante notar como corpos individuais, e particularmente os das “mulheres de cor” ficam fora de certas modalidades de experimentação científica, à exceção da citação acima quando Afrânio Peixoto menciona o tal índice nático, figurando exclusivamente em narrativas de caráter ficcional, nas quais moralidade,

exotismo e erotismo podem ser expressos através de uma linguagem e um estilo subjetivo. É o que se pode perceber na tese de João Batista de Lacerda apresentado em um encontro internacional realizado em Londres.

Mesmo não podendo dizer, baseado em suas formas e linhas, que os mestiços sejam exemplos de beleza, é todavia verdadeiro que entre o sexo feminino sobretudo, encontram-se tipos de formas graciosas e bem proporcionais. *Os instintos voluptuosos são bastante desenvolvidos entre a maioria, e se apresentam no olhar lânguido, os lábios grossos, no tom indolente e levemente arrastado na voz.* (grifos meus)

No entanto, a referência erotizada ao “olhar lânguido” das mulheres de cor, na apresentação de João Batista de Lacerda, não era comum entre a primeira geração de antropólogos nacionais. Entre os médicos era mais comum a interpretação misógina de Afrânio Peixoto. É certo que aos corpos dos homens negros eram atribuídas a força física e a sexualidade exacerbada.

A negação do corpo negro

Voltando à Eugenia, através de um de seus mais importantes propagandistas, Dr. Renato Kehl, será possível entender melhor sobre as relações indivíduo e raça nesse período e, da mesma maneira, a construção e a reiteração de imagens negativas e estereotipadas sobre o corpo negro. Segundo ele o mestiçamento era a causa do grave problema que grassava o caldeamento étnico no Brasil. Caberia às elites advertirem aos menos favorecidos quanto aos problemas decorrentes de matrimônios mistos, propagando as vantagens do casamento dentro da mesma raça. Kehl era pessimista quanto ao futuro do Brasil. “Para ele a miscigenação racial conduzia o Brasil para uma catástrofe. (...) Assim, somente com procedimentos eugênicos, como a educação higiênica e a esterilização o país poderia tornar-se uma nação moderna e próspera. A esterilização deveria ser aplicada de forma compulsória e permanente”, Santos (2005). Citando Renato Kehl,

Esta proposta nós a apresentamos sem qualquer intuito nacionalista, nem qualquer preconceito de raça. Entendemos que a mestiçagem é dissolvente, desmoralizadora e degradante, prejudicando, portanto o espírito superior visando a procriação eugênica. É indiscutível o antagonismo e mesmo a repulsa

sexual existente entre indivíduos de raças diversas. Só motivos acidentais ou aberrações mórbidas fazem unir-se, um homem branco com uma negra ou vice-versa. E o produto desse conúbio nasce estigmatizado não só pela sociedade, como, sobretudo, pela natureza (...)

Em *A cura da fealdade*, publicado em 1923, Kehl especifica suas proposições aliando as leis de Galton a uma concepção estética da conformação fisiológica dos indivíduos. Segundo critérios eugênicos, a normalidade consistia na conjunção da perfeição somática com a perfeição psíquica. A categoria normalidade guardaria, então, proximidade com os conceitos de saúde e beleza.

Ainda que atento aos referenciais antropométricos Kehl ocupou-se da divulgação da necessidade de se promover uma política de embelezamento da população. Para isso estabeleceu uma classificação própria de beleza feminina e masculina, na qual distinguia formas e tamanhos, perfeitos e imperfeitos. Nas mulheres as noções de harmonia, graça e leveza qualificariam diferencialmente a proporcionalidade física

(...) representam defeitos muito desgraciosos, tornozelos, punhos, joelhos, cotovelos muito grossos. *A delicadeza dessas saliências é sinal de pureza da raça*. Articulações grossas, ossos espessos, pés e mãos exageradamente fortes são próprios de indivíduos criados nos trabalhos pesados, ou que praticam exercícios demasiados. (...) é necessário não confundir delicadeza das partes com a fraqueza própria dos raquíticos e *degenerados*. (grifos meus)

Outro médico, Alexandre Tepedino, publicou um livro dedicado especialmente às mulheres.

Fazer boa eugenia, é modificar a argamassa humana, *é transformar o tipo étnico*. Incalculáveis serão os benefícios que advirão dessa vitória. A biologia, a etnologia, a eugenia, se aliam para a formação do indivíduo (...) a realidade social e política são resultantes de fatores bem orientados, bem controlados. O caráter, lenta e gradativamente, se plasma. Governantes e governados são produtos da mesma argila, em formação... é à eugenia, é à instrução, é à cultura que se deve recorrer. *O problema estrutural do Brasil é também um problema genético*. (grifos meus)

É bem verdade que vinda da literatura também era estigmatizado o fenótipo da mulher negra, Júlia Lopes de Almeida a escritora famosa que iria influenciar gerações de mulheres das elites proclamava a necessária (?) infelicidade da mulher negra

Para ser suprema a sua formosura ela terá os teus doces olhos azuis, tão cedo fechados, Elvira; e o teu riso alegre, Maria Laura; e a tua voz, Janan; e a tua bondade adorável, Marie; e as linhas do teu corpo, Alice; e a doçura da tua tez, Carlota! **Terá da negra Josefa, tão triste por não ser branca, a branca inocência;** e de vós todas, com que topei na minha infância, a garrula alegria e a trêfega imaginação. (ALMEIDA, 1906, pág. 6)

Outras abordagens ligavam a feiúra à saúde mental. Um psicanalista, Porto Carrero, relacionava tantos os defeitos físicos quanto os “caracteres da raça”.

Em nosso país é fácil observar o sentimento de inferioridade por motivo de raça. Apesar da mestiçagem intensa ninguém quer ser mestiço: o meio branco ou semibranco, de aparência longinquamente caucásica orna-se hostil aos que tenham leves sinais antropológicos da raça negra. Essa hostilidade do meio gera muitas vezes nos negros e mulatos um sentimento de inferioridade que leva alguns a disfarçarem os caracteres raciais e em outros determina uma revolta íntima que transborda em azedume, em sadismo, quando não busca compensação em idéias protéticas de grandezas.

No início do século XX a literatura produzida, aqui citada brevemente, aponta para o estabelecimento de um campo comum de observação/atuação que envolveu um modo particular de apreensão sobre a população negra e, em especial, sobre a mulher negra. A permanência e a consolidação dessa representação só foi possível porque foi inventada, reiterada e aludida primeiro pelo pensamento médico, de grande poder social, com o poder de legitimar saberes e conferir sentidos aos saberes sobre indivíduos e grupos, sociais e raciais. Não obstante, não só os médicos eugenistas contribuíram para essa formação discursiva que apreendeu a população negra de forma tão negativa. Outros intelectuais dispuseram-se a contribuir a engrossar o feixe de enunciados que impuseram discursos e práticas demarcadoras de espaços sociais aos grupos raciais minoritários, conferindo-lhes o lugar de *outsiders* em sua própria sociedade. Essa legitimação da inferioridade apresentava-se englobada em figuras mais gerais definidoras e definitivas tais como a erotização da imagem da mulher negra, o par

antagônico racializado beleza (branco)/feitura (negro). A aliança com a pedagogia traduziu essa reiteração em experiências cotidianas, no que se refere aos materiais didáticos e às práticas pedagógicas que classificavam, demarcavam e estereotipavam os alunos negros. Processo semelhante institucionalizou representações negativas acerca das mulheres negras brasileiras,

Aqui, estabeleceu-se em termos simbólicos a diferenciação entre o “brasileiro”, o “estrangeiro”, e o “brasileiro inferior”. Os programas escolares, de história pátria e moral e cívica, reproduziram a história oficial e conferiram a negros, índios e mestiços, o mesmo papel subalterno e inferiorizado que lhes era dado pela maioria de nossas elites intelectuais e políticas. A cor da pele, de atributo simplesmente biológico, assume um conteúdo cultural, social e moral.

Mantendo-se a hierarquização racial através da “marca” e não da origem racial, foi possível limitar, sem que tenha sido oficializada em nenhuma legislação de ensino brasileira, o acesso de professoras escuras ao magistério público primário. Transcrevo aqui citação de texto de Fernando de Azevedo, em *A Cultura Brasileira*, que ilustra essa posição, creio que nesse ponto do artigo ela se torna autoexplicativa.

A admitir-se que continuem negros e índios a desaparecer, tanto nas diluições sucessivas de sangue branco como pelo processo constante de seleção biológica e social e desde que não seja estancada a imigração, sobretudo de origem mediterrânea, o homem branco não só terá, no Brasil, o seu maior campo de experiência e de cultura nos trópicos, mas poderá recolher à velha Europa - cidadela da raça branca -, antes que passe a outras mãos, o facho da civilização ocidental a que os brasileiros emprestarão uma luz nova e intensa - a da atmosfera de sua própria civilização. (AZEVEDO: 1996)

Certamente a esperança que negros e indígenas continuassem a desaparecer, não se confirmou. Ainda bem! Entretanto, esse vaticínio se realizou quanto às ocupações dos postos de elite. Ainda hoje, professores negros são minoria⁷ em todos os graus de ensino, mesmo no ensino primário que é o grau de ensino mais mal remunerado. É branco o magistério, como de resto são brancos praticamente todos os setores da elite brasileira. Mais acima afirmei que Fernando de Azevedo realizou um vaticínio, será? Ou terá sido um programa de ação? Foram intelectuais como ele que deram existência material, por que institucionalizadas, às concepções sobre a existência de uma

⁷ Ver OLIVEIRA, Iolanda (org.) *Cor e Magistério*. Rio de Janeiro: Quartet Editora (no prelo)

hierarquia racial entre os homens. É a partir da reforma Fernando de Azevedo que desaparecem as condições de possibilidade de moças negras no magistério carioca.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Donas e Donzelas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1906.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 6. ed., Rio de Janeiro: Ed. d UFRJ; Brasília: Ed. da UnB, 1996.
- BOURDIEU, Pierre, *La Distinction*. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CARRARA, Sérgio. *Tributo a Venus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ELIAS, Norbert e _____ e SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FOUCAULT, Michel, *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, 7ed.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1984.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.
- LACERDA, João Batista de. “Réplica à crítica da memória sur les métis au Brésil”. In *Congresso Universal das Raças*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, p. 85-101, 1911.
- KEHL, Renato. *A cura da fealdade: eugenia e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.
- _____. *Pais, médicos e mestres: problemas de educação e hereditariedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.
- LAMOUNIER, Bolivar, “Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República” In *III. O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. (História Geral da Civilização Brasileira). São Paulo: DIFEL, 1985.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. “Professoras negras no Rio de Janeiro: história de um branqueamento” In OLIVEIRA, Iolanda (org.) *Relações Raciais e Educação: novos desafios*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- OLIVEIRA, Iolanda (org.) *Relações Raciais e Educação: novos desafios*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- PEIXOTO, Afrânio. *Minha terra e minha gente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.
- _____. *Criminologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.
- _____. *Clima e saúde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SILVA, Eduardo. *Dom Oba II D’África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____ *As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura; uma investigação de história cultura.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com Perfeição e sem Coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte.* Brasília: Editora Plano, 2000.

SKIDMORE, Thomas, *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

TEPEDINO, Alexandre. **Alma e beleza.** Rio de Janeiro: s.e., 1931.

TEIXEIRA, Moema De Poli. A presença negra no magistério: aspectos quantitativos In OLIVEIRA, Iolanda (org.) *Cor e Magistério.* Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUFF, 2006.

TUNDES, Silvério Almeida e COSTA, Nilson do Rosário, (orgs.) *Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil.* Petrópolis [RJ]: Vozes/ABRASCO, 1994, 4ed.

VIEIRA SOUTO. *Auxiliemos o Ensino!* Rio de Janeiro: Typ. do Journal do Commercio, 1916.